



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Aracaju – SE, Ano 33, Edição 1714
15 a 21 de fevereiro de 2016

ANJ

www.cinform.com.br

CINFORM



WhatsApp: (79) 9647-3370

E-mail: ouvidoria@cinform.com.br

ESTÂNCIA

IMPASSE

No Nossa Senhora da Piedade, famílias precisam pagar taxa de R\$ 120 por jazigo. Ainda assim, serviço de manutenção é considerado falho. Reforma solicitada pelo MPE ainda está no papel

Quem deseja zelar pelo túmulo de um familiar no Cemitério Nossa Senhora da Piedade tem encontrado grandes dificuldades. Mesmo tendo que pagar uma taxa anual para manutenção, as famílias não podem cuidar como desejam das lápides. Segundo elas, normas internas da administração não permitem cuidados básicos como, por exemplo, revestir os jazigos.

Há quase dois anos, o Ministério Público Estadual - MPE - ajuizou uma Ação Civil Pública solicitando as adequações do cemitério às exigências da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - Semarh. Àquela altura, não existia capela, banheiros, depósito de resíduos sólidos ou ossuário por ali. Outro problema era a superlotação.

Hoje em dia, de acordo com os familiares que pagam pelas lápides e pelo espaço do cemitério, pouca coisa mudou. A infraestrutura ainda está longe de ser o que as famílias esperam. A cobrança, por sua vez, é considerada abusiva em relação aos serviços oferecidos.

SEM SOLUÇÃO

Jonilza Andrade de Oliveira Carvalho é aposentada e paga por duas sepulturas no cemitério. Ela conta que, há pelo menos três anos, tem tentado cuidar dos túmulos, mas que a administração do cemitério não permite. “Tenho que pagar R\$ 120 por cada uma. Passa o Dia de Finados todos os anos e nada de darem uma solução”, reclama.



Cemitério é foco de Ação Civil do Ministério Público

A aposentada afirma não ser a única pessoa passando pela mesma situação. “Fui ao fórum e, conversando informalmente, descobri que a atendente tinha o mesmo problema”, resume. Por causa da falta de assistência da administração, Jonilza afirma ter deixado de pagar os boletos da taxa de manutenção.

“Ano passado, mandaram o boleto e não paguei. Também não vou pagar neste ano. Enquanto não me derem condições de cuidar dos mausoléus da minha família, vou continuar sem pagar. Eles não podem cobrar por algo que não fazem”, justifica. A apo-

sentada explica que a manutenção dos túmulos é feita apenas com pintura a cal, sem possibilidade de colocação de revestimento.

PROJETO

O atual administrador do cemitério, Nilton Charles Rabelo Feitosa, explica que não há normas que impeçam os familiares de fazerem reparos nos túmulos já existentes. “O que não pode ser feito são construções novas. Mas revestimento, pintura e coisas do tipo, pode. A não ser que tenha caído; nesse caso é considerado construção nova”, informa.

Nilton relata que, em breve,

deve passar a gestão do cemitério a outro administrador, mas que isso ainda não tem prazo para ocorrer. Quanto às mudanças requeridas pelo Ministério Público, ele revela que os projetos já foram feitos, mas que nada foi concluído ou mesmo iniciado até então.

“Já fizemos os projetos para atender aos pré-requisitos do licenciamento. Pedimos também a aprovação, mas ainda não aconteceu. Realizamos o levantamento cadastral e o projeto de recursos hídricos, por exemplo. Tudo isso é caro e é feito com recursos próprios, através do pagamento das taxas de manutenção”, esclarece. ■